

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: ABRANGÊNCIA E PERFIL DO PROFESSOR DE COMUNIDADES INDÍGENAS DO ACRE

INDIGENOUS EDUCATION: TEACHERS APPLICATION FORM FOR ACRE INDIGENOUS COMMUNITIES

Mara Rykelma da Costa Silva^{1*}, Edecarlos Miranda de Souza², Itamar Miranda da Silva³

1. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

2. Universidade Federal do Acre

3. Universidade Federal do Acre

* Autor correspondente: e-mail mara.silva@ifac.edu.br

RESUMO

A educação escolar indígena constituiu-se no Brasil como um modelo educacional distinto de modelos tradicionais tomados na maioria das escolas do país. Ao longo de sua história, firmou-se como uma educação intercultural, diferenciada, bilíngue, autônoma e flexível resguardada e regulamentada por legislações como a Constituição Federal. No Acre, este modelo de ensino é conduzido por uma grande parcela de professores oriundos de suas próprias comunidades. Conhecer esses profissionais estabeleceu-se como objeto de estudo do presente trabalho que visa apresentar o panorama no qual este modelo educacional se estabeleceu no estado do Acre, bem como apresentar os professores que atuam nas escolas indígenas do estado. Para tanto, esteve-se realizando uma pesquisa bibliográfica, que considerou fontes históricas e documentos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena no país e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Escolar Indígena, dentre outros dispositivos em âmbito nacional, além de relatórios oficiais na esfera estadual como o Relatório do XI Curso de Formação de Professores em Magistério Indígena emitido pela Secretaria de Estado de Educação do Acre, este último tomado como principal fonte de análises para o delineamento do perfil profissional de professores indígenas no estado. Além das análises documentais, foram ainda realizadas algumas considerações a partir de vivências durante processo formativo docente de indígenas no ano de 2014 no município de Plácido de Castro, interior do estado. Desta forma, a pesquisa busca compreensão sobre a construção e o fortalecimento da educação escolar indígena no Acre, bem como conhecer os professores que atuam em escolas de comunidades indígenas acreanas.

Palavras-chave: Educação intercultural. Professores indígenas. Formação docente.

ABSTRACT

The Brazilian indigenous education focuses on a distinct educational system and it's different from usual methods used to the whole country schools. For a long time in history, it's drove to a intercultural, bilingual, flexible and independent education and also legally regulated for legislation like Brazilian Federal Constitution one. In addition, Acre state has a lot of indigenous communities and frequently educated by they own community members witch ones became licensed teachers. Besides, knowing that professionals turned to a study object to reach and explain that indigenous models deeply and also show the state educators value. We've performed a bibliographic research to set that objectives based on legal documents, not only based on the Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, the Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena and Referencial Curricular Nacional para a Educação Escolar Indígena but also XI Curso de Formação de Professores em Magistério Indígena created by Secretaria de Estado de Educação do Acre. The last one is the Acre state education department and was the most import research collaborator to filter indigenous teacher's professional profile in the state. Again, beyond documentary analysis was also performed some observations about formative processes for indigenous educators in 2014 in Plácido de Castro town. Finally, the research was focused not only on knowing better indigenous educators but also reinforce the educational system for indigenous communities.

Key words: Intercultural education. Indigenous teachers. Teacher graduation.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente a educação escolar indígena no Brasil constitui-se como uma educação diferenciada por natureza e particularidades garantidas pela Constituição Federal de 1988. Especificidades que englobam um ensino intercultural, bilíngue, autônomo, de currículo flexível, escolas com localização geográfica com difícil acesso para muitas comunidades, além de plural quanto a diversidade de povos indígenas no território nacional.

As primeiras unidades de ensino introduzidas em comunidades indígenas do território brasileiro, deram-se a partir de 1500, quando da chegada das primeiras expedições portuguesas, segundo informações da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade [1]. Momento marcado pelo choque e a imposição da cultura majoritária sobre a minoritária.

Apesar da imposição de uma educação com foco aculturador, a definição de doutrinas educacionais e de espaços escolares começa a ocorrer ainda durante o período colonial, por meio de decretos como o de Nº 426 de 24 de julho de 1845 [2], documento que atribui a missionários a catequese e a “civilização” de indígenas e propõe subsídios para a criação e manutenção de espaços educacionais para povos indígenas.

No entanto, somente no início do século XX, com o surgimento de movimentos indigenistas no Brasil, é sistematizada uma política educacional voltada para interesses de comunidades indígenas. Órgãos governamentais e não governamentais como a Comissão Pró Índio do Acre, o Conselho Indigenista Missionário e o Conselho de Missões entre Índios são criados para prestar assistência e proteger indígenas contra atos de exploração e de opressão.

No Acre, Rêgo e Pereira [3] afirmam que entidades de assistência e proteção a indígenas foram protagonistas na implantação de políticas educacionais que respeitassem à diversidade indígena. As autoras destacam alguns programas educacionais implantados no estado como o programa “Uma Experiência de Autoria dos Índios do Acre”, criado e coordenado pela Comissão Pró Índio do Acre, responsável pela formação direta de professores indígenas no estado em parceria com a Secretaria Estadual de Educação - SEE/AC.

Paralelo aos movimentos sociais em prol de indígenas, o crescimento econômico do país torna terras indígenas alvo de interesse econômico. Para Cunha [4], atividades extrativistas de borracha no Acre, ocorridas a partir de 1960, teriam desencadeado um processo de ocupação de terras na Amazônia, atraindo não apenas seringueiros nordestinos, mas também grandes latifundiários, cuja presença deste último grupo acabara incentivando a implantação de escolas em seringais no interior da região.

No entanto, iniciativas de se implantar escolas de fato voltadas para educação escolar de indígenas no Acre deram-se a partir de 1970 com conseqüente surgimento das primeiras organizações de professores indígenas no estado no final da década de 80, a exemplo de outros estados. Estas organizações, eram responsáveis pela discussão de políticas nacionais específicas para a educação escolar indígena no Brasil e pela defesa de uma educação diferenciada.

Em 2017, o periódico Acre em Números [5] estimou que existiam no estado aproximadamente 209 aldeias indígenas habitadas por cerca de 19.962 indígenas, oriundos de 15 etnias diferentes, salvos povos isolados, cada etnia com modos próprios de compreender e conceber o ensino. A população indígena do estado era estimada ainda em 2013 em torno de 18.240 indígenas.

Quanto aos números da educação escolar indígena, relatórios da Educação Indígena no Acre da Secretaria Estadual de Educação [6] e [7] apontaram em 2013, a existência de 201 unidades de ensino localizadas em terras indígenas acreanas distribuídas em 11 municípios dos 22 que compõe a unidade federativa. Escolas onde atuavam 648 professores naquele ano, a maioria indígenas da própria comunidade, atendendo a um público de aproximadamente 7.500 alunos. Elementos que se configuraram como objetos de estudo deste trabalho.

Compartilhando posicionamentos de Bernardi e Caldeira [8], apesar de terem ocorrido avanços quanto à criação de escolas destinadas a indígenas, é necessário frisar a importância da formação dos profissionais envolvidos no processo de ensino.

Assim, verifica-se que a solidificação de um modelo educacional voltado para indígenas no Brasil e no Acre foi e ainda vem sendo marcado pela atuação e por esforços de indígenas e de não-indígenas. Criando consistência, segundo Silva, Souza e Silva [9] a partir do momento que os próprios povos indígenas passam a enxergar a educação como ferramenta na construção de autonomia. Tornando-se objeto de estudo do presente trabalho que visa apresentar o panorama desta proposta intercultural de ensino, bem como conhecer o perfil dos professores que atuam em escolas indígenas do estado.

2. PERCURSO METODOLOGICO

Dada a abrangência da Educação Escolar Indígena no estado do Acre e o contato com um público de aproximadamente 300 indígenas que atuavam como professores em suas comunidades em 2014 durante um processo formativo docente, emergiu o interesse em conhecer como se estabeleceu a educação escolar indígena no Brasil e no Acre, a abrangência

desse sistema de educacional no estado do Acre, bem como identificar o perfil dos sujeitos que compõe esse sistema educacional.

Para tanto, foi necessária uma análise documental, visando compreender como esse modelo de ensino se estabeleceu no estado, bem como conhecer a legislação que o ampara. Estudo enfatizado por legislações como a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, o Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena, documentos norteadores e regulamentadores que possibilitaram tal compreensão.

Além de considerações baseadas na revisão bibliográfica, foram ainda emitidas impressões que emergiram da vivência como professores formadores atuantes no XI Curso de Formação de Professores em Magistério Indígena, proposto pela Secretaria Estadual de Educação do Acre em parceria com outros órgãos, realizado no município de Plácido de Castro, interior do estado, em 2014, contando com a participação de mais de 300 indígenas professores de escolas municipais e estaduais do estado naquele ano.

Nesta pesquisa, esteve-se ainda levantando o perfil dos professores que participaram do processo formativo estabelecida a partir de um conjunto de dados primários, extraídos de documentos fornecidos pela Secretaria Estadual de Educação, responsável pelo curso, documentos em que foram apontadas informações a respeito da última formação a nível de magistério indígena realizada no Acre.

As informações extraídas de relatórios oficiais como o Relatório do XI Curso de Formação de Professores em Magistério Indígena subsidiaram uma abordagem quali-quantitativa do perfil de professores indígenas do estado, cujo tratamento secundário possibilitou a modelagem e o cruzamento de variáveis com consequente delineamento de cenários e perfis desses profissionais.

Foram ainda realizados comparativos entre informações do censo educacional da Educação Indígena no Acre de 2013 com dados de relatórios da formação em estudo, que permitiu trabalhar com uma amostra considerável de professores indígenas do estado do Acre. De acordo com o censo de 2013 atuavam nas escolas do estado 605 professores indígenas, dos quais 295 participaram da formação realizada em 2014.

Desta forma, o estudo vem propor uma discussão quanto a formação e o perfil do professor indígena no Acre, consequentemente abre reflexões sobre a solidificação da Educação Escolar Indígena no estado e sobre a importância de uma formação profissional de qualidade e que atenda ao modelo de ensino proposto.

3. BASE LEGAL PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL E NO ACRE

Para Lévi-Strauss [10], após o desenvolvimento das ciências que caracterizaram a evolução de conhecimentos do mundo físico e biológico e do avanço da medicina, a cultura ocidental passou a ser seguida como modelo educacional, não apenas no Brasil.

Contrapondo-se a modelos tradicionais de ensino, no Brasil, surge a educação escolar indígena cuja Constituição Federal de 1988 [11] garante um sistema de ensino diferenciado, assegurando a indígenas o direito ao uso de línguas maternas e de processos próprios de aprendizagem, com abordagens específicas e em conformidade com necessidades de cada povo.

Ratificando direitos previstos na Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira [12] em seu artigo 78, incisos I e II, é assegurado aos povos indígenas uma educação diferenciada e de responsabilidade da União, estando previsto que:

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilingue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - Proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - Garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias (Ministério da Educação e do Desporto, 1996, p.41 e 42).

Quanto à introdução e a manutenção de unidades escolares no seio de comunidades indígenas, o Decreto nº 6.861 de 27 de maio de 2009 [13] dispõe em seu Artigo 4º, parágrafo único, que escolas indígenas serão criadas apenas por iniciativa ou reivindicação de comunidades interessadas, ou com sua anuência e ratifica a responsabilidade da União em apoiar técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento de uma educação intercultural a essas comunidades.

Numa discussão acerca de documentos regulamentadores, merecem destaque o Referencial Curricular Nacional para a Educação Indígena [14] e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena [15], mecanismos que norteiam o funcionamento de escolas indígenas e o desenvolvimento de trabalhos docentes. Incorporando ainda, novos papéis e significados ao ambiente escolar que passa a ser também um espaço de afirmação de identidade para os povos indígenas.

Significados que se mostram às políticas públicas como um desafio ao demandar a integração de direitos a ações educacionais que respeitem e valorizem a cultura de diferentes

povos indígenas brasileiros, além do dever de formar e capacitar profissionais para atuarem nesses espaços. Formação que, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [12], devem ser uma prioridade.

Neste sentido, a oferta de cursos de formação ou de capacitação profissional voltada para professores indígenas ou de comunidades indígenas no Acre, apresenta-se como um dos principais objetos deste estudo.

4. EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO ACRE

Segundo informações do censo estadual da Educação Indígena do Acre [6], em 2013 foram matriculados na rede pública de ensino no estado, 7.452 alunos em escolas indígenas, distribuídos em 197 unidades de ensino e atendidos por 605 professores, 449 da rede estadual e 156 da rede municipal de ensino, dispostos em 12 municípios acreanos (Tabela 1).

Tabela 1 – Quantitativo de escolas e alunos matriculados na Educação Escolar Indígenas em 2013 no estado do Acre

Município	Nº de Escolas	Nº de alunos
Assis Brasil	25	553
Sena Madureira	7	67
Manoel Urbano	4	124
Santa Rosa do Purus	39	1346
Feijó	25	1383
Tarauacá	25	1321
Jordão	33	890
Cruzeiro do Sul	6	228
Rodrigues Alves	4	58
Mâncio Lima	8	526
Porto Walter	7	240
Marechal Thaumaturgo	14	716
Total	197	7452

Fonte: Secretaria Estadual de Educação do Acre, 2013

Das 197 escolas indígenas presentes em 12 municípios acreanos que ofertam uma educação escolar destinada a indígenas, 125 delas integram a rede estadual de ensino, sendo as demais de responsabilidade das prefeituras, segundo o Relatório da Educação Escolar Indígena [6], com maior concentração dessas unidades nos municípios de Santa Rosa do Purus e Jordão, municípios juntos responsáveis pela presença de pouco mais de 36% das unidades.

No que tange a distribuição de escolas segundo o povo indígena, nota-se mais de 43% das unidades localizadas, em 2013, em terras indígenas do povo *Huni Kuin*, unidades que somadas às escolas localizadas em terras indígenas dos povos *Jaminawa*, *Madija* e *Manxineri* representam mais de 70% do total das unidades. Importante destacar que o povo *Jaminawa do*

Igarapé Preto refere-se a uma localidade ocupada por *Jaminawa* e *Jaminawa Arara*, não constituindo uma etnia (Tabela 2).

Tabela 2 – Quantitativo de escolas, professores e alunos da Educação Escolar Indígena em 2013 no estado do Acre

Povo	Nº de Escolas	Nº de Professores	Nº de Alunos	Média Alunos/Professores
<i>Apolima Arara</i>	2	8	129	16,13
<i>Ashaninka</i>	7	21	391	18,62
<i>Jaminawa</i>	17	19	232	12,21
<i>Jaminawa Arara</i>	6	12	126	10,50
<i>Jaminawa do Igarapé Preto</i>	2	2	41	20,50
<i>Katukina</i>	8	29	257	8,86
<i>Kaxinawa</i>	86	251	3557	14,17
<i>Kontanawa</i>	1	1	9	9,00
<i>Madija/Kulina</i>	23	36	768	21,33
<i>Manxineri</i>	16	26	397	15,27
<i>Nawa</i>	3	19	99	5,21
<i>Nukini</i>	3	28	175	6,25
<i>Puyanawa</i>	2	30	252	8,40
<i>Shanenawa</i>	7	72	407	5,65
<i>Shawādawa</i>	7	15	240	16,00
<i>Yawanawa</i>	7	36	372	10,33
Total	197	605	7452	12,32

Fonte: Secretaria Estadual de Educação do Acre, 2013

Os números mostram proporções entre o quantitativo de alunos e o de professores nas escolas indígenas, que indicam uma divisão geral de 12 alunos por professor, em média. Entretanto, estes números não revelam características próprias do ambiente escolar ou de investimentos realizados nos espaços, ou mesmo da formação dos profissionais que atuam nessas escolas, este último, foco das próximas discussões.

Destaca-se que no Acre, entre os anos de 2013 e 2016, ocorreu uma ampliação desse sistema educacional. O Relatório da Educação Escolar Indígena [7], apontou a criação de mais 16 unidades de ensino no estado, passando a Educação Escolar Indígena a contar com a presença de 213 escolas e atendendo a não mais 7.452 alunos, mas sim 8.497 alunos indígenas.

Respeitada a multiplicidade cultural e linguística dos povos indígenas, a Secretaria Estadual de Educação do Acre, por meio de parcerias, vinha desenvolvendo desde 2000 programas educacionais voltados para a formação e capacitação de professores indígenas que atuavam ou pudessem vir a atuar no magistério em suas comunidades, de acordo com o Demonstrativo das Atividades Pedagógicas em Cursos de Formação Intercultural, Diferenciada e Bilingue de Professores Indígenas [16].

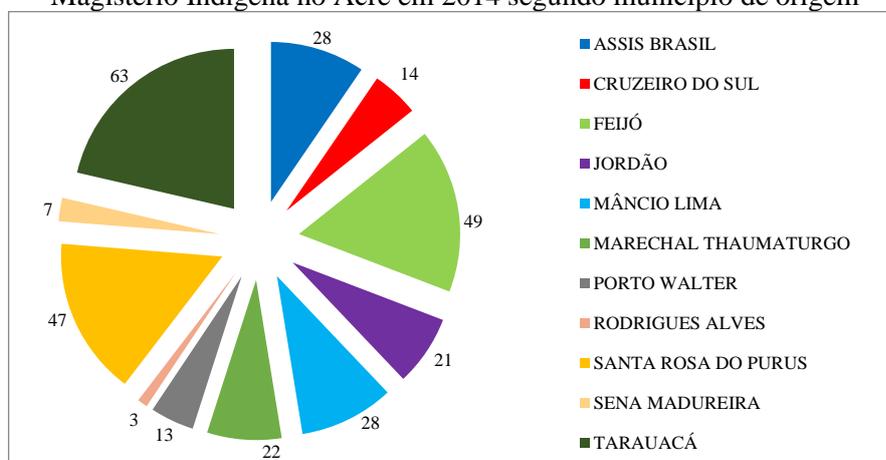
Nos anos de 2007, 2009, 2011, 2012 e 2013 esta formação não chegou a ser ofertada, segundo o Demonstrativo [16], cuja última oferta ocorrera no ano de 2014, sofrendo nova

lacuna nos anos seguintes. Vale ressaltar que, de acordo com Colares [17], a Comissão Pro-Índio do Acre – CPI/AC já vinha desenvolvendo ações de formação específica para professores indígenas no estado antes mesmo do envolvimento de órgãos públicos como a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Acre.

Com relação a formação de professores em magistério indígena no Acre, o curso mais recente teria ocorrido no município de Plácido de Castro, no período de julho a setembro de 2014, em tempo integral, envolvendo mais de 300 professores indígenas do estado, contabilizando uma carga horária total de 352 horas, distribuídas em três módulos: Autonomia Indígena com carga horária de 92 horas, Educação Matemática e Educação Escolar Indígena, ambas com duração de 130 horas, segundo o Relatório do XI Curso de Formação de Professores em Magistério Indígena [18].

Comparar dados do censo da educação escolar indígena do Acre de 2013 com informações de relatórios do curso de formação de professores indígenas de 2014 possibilitou analisar uma amostra considerável de professores indígenas, o que permite afirmar que a maioria desses profissionais são oriundos do Município de Tarauacá, conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Número de profissionais que participaram do XI Curso de Formação de Professores em Magistério Indígena no Acre em 2014 segundo município de origem



Fonte: Secretaria Estadual de Educação do Acre/CEI, 2015

Observa-se que a maioria dos professores que participaram da formação tinham como origem o município de Tarauacá, ainda com demandas significativas dos municípios de Feijó e Santa Rosa do Purus (Gráfico 1), três municípios apontados como os de maior quantitativo de indígenas do estado, de acordo com o periódico Acre em Números [5].

Importante frisar que dos 12 municípios acreanos com escolas indígenas, o único que não teve participação de professores na formação analisada foi o município de Manoel Urbano, que segundo relatório da Educação Indígena no Acre [6] possui 4 unidades de ensino.

Quanto a divisão dos professores e a criação das nove turmas de cursistas, a coordenação, que contava com representantes da então Coordenação de Educação Indígena da SEE/AC, considerou diferenças culturais, linguísticas e nível de escolarização dos envolvidos, segundo Relatório do XI Curso de Formação [18].

Tabela 3 – Organização das turmas do XI Curso de Formação de Professores em Magistério Indígena realizado em 2013 no Acre

Família Linguística	Povo	Turma	Formação Escolar	Número de Professores
Pano	Huni Kui (Kaxinawa)	A	Ensino Fundamental (Incompleto)	21
		B	Ensino Fundamental (Incompleto)	31
		C	Ensino Fundamental (Completo)	50
		D	Ensino Médio (Completo)	49
	Diferentes povos	F	Ensino Fundamental (Incompleto)	39
		G	Ensino Médio (Incompleto)	36
		H	Ensino Fundamental (Incompleto)	20
		I	Ensino Médio (Completo)	29
	Aruak	Manxineri	E	Ensino Fundamental (Incompleto)
Total de professores em formação				293

Fonte: Secretaria Estadual de Educação do Acre/CEI, 2015

Relacionado aos 293 professores em formação que participaram do módulo de Educação Matemática, no período de 04 a 21 de agosto, verifica-se que 44% dos participantes ainda cumpriam o Ensino Fundamental, 17,1% haviam completado esta etapa de ensino e 12,3% dos participantes buscavam completar o Ensino Médio, grupos que somados corresponderam a 73,4% do total de envolvidos, conforme a Tabela 3.

Salienta-se aqui que o quantitativo de professores indígenas que participaram do processo formativo oscilou em diferentes momentos, sendo identificado em relatórios uma variação entre 293 e 341 professores, em fases finais e iniciais da formação, respectivamente.

Tabela 4 - Quantitativo de cursistas segundo a origem étnica

Povo Indígena	Nº de Professores
Apolima Arara	5
Huni Kuin/Kaxinawa	155
Jaminawa	18
Jaminawa Arara	5
Katukina	14
Manxineri	19
Nawa	15
Nukini	11
Puyanawa	2
Shanenawa	16
Shawadawa	13
Yawanawa	22
Total	295

Fonte: Secretaria Estadual de Educação do Acre/CEI, 2015

Quanto à pluralidade étnica dos profissionais envolvidos no processo formativo, dos 15 povos indígenas que compõe a diversidade do estado do Acre, a Tabela 4 mostra a participação de professores indígenas de 12 povos da pluralidade que compõe a região acreana, cuja maior representatividade correspondia a professores do povo Huni Kuin equivalendo a mais de 50% daqueles profissionais.

Outra variável que merece ser mencionada é o fato de 270 desses professores terem correspondido a professores de sexo masculino, quando observado o universo de 341 cursistas da etapa inicial, percentual que equivale a aproximadamente 79% dos profissionais, indicando uma baixa participação feminina exercendo a docência em escolas indígenas acreanas.

Variável que, quando observada segundo o grupo étnico dos participantes, apresentaram uma distribuição bastante assimétrica. No entanto, apesar da assimetria, em todos os cenários foi observada uma predominância masculina, como mostra a Tabela 5.

Tabela 5 – Distribuição de professores indígenas segundo gênero e etnia que participaram do XI Curso de Formação em Magistério Indígena no Acre em 2014

Gênero/Etnia	Diferentes Pano	<i>Manxineri</i>	<i>Huni Kuin</i>	<i>Ashaninka</i>	<i>Madija</i>	Total
Masculino	73	17	136	17	27	270
Feminino	48	2	19	2	0	71
Total	121	19	155	19	27	341
Percentual de mulheres	39,67%	10,52%	12,26%	10,5%	0%	-

Fonte: Secretaria Estadual de Educação do Acre/CEI, 2015

Nota-se que não é identificada a participação de nenhuma profissional de sexo feminino do povo *Madija*, e ainda que, em comunidades dos povos *Ashaninka* e *Manxineri*, apenas pouco mais de 10% dos cursistas correspondiam a professores do sexo feminino (Tabela 5). Destaca-se aqui que o agrupamento dos dados nos relatórios da coordenação do curso, não possibilitou maiores afirmativas, assim como, estas considerações não abrangem questões culturais acerca da atuação de mulheres em atividades econômicas de comunidades indígenas.

Por fim, considerando a diversidade e as especificidades do processo formativo de professores indígenas no estado do Acre, nota-se um complexo conjunto de procedimentos e de valores a serem considerados quando se idealiza a realização de uma formação de professores com esta abrangência. Processo que se mostrou extremamente cuidadoso ao envolver diferentes povos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que os povos indígenas ao introduzirem espaços escolares no interior de suas comunidades, adotarem processos próprios de ensino que valorizem suas práticas e incentivarem a formação de professores oriundos de suas comunidades, acabam por desprender-se de modelos tradicionais de uma educação massificadora em defesa de uma educação que respeite a própria cultura.

No Brasil, muitos entraves dificultam a prática dessa educação diferenciada como o isolamento de comunidades, a atuação de professores ainda em processo formativo e escassez de recursos, dentre outros obstáculos. Contudo, o desenvolvimento de políticas públicas educacionais que atendam interesses de comunidades indígenas deve ser prioridade ao sistema educacional brasileiro.

Neste sentido, acredita-se que algumas análises desta pesquisa, como o delineamento do perfil dos profissionais que atuam diretamente na educação escolar em terras indígenas, contribui com o apontamento de possíveis trajetórias a serem percorridas na busca em estabelecer políticas públicas consistentes voltadas para a estruturação da educação escolar indígena no Acre, conseqüentemente no país.

Considerando o papel que o professor indígena desempenha em sua comunidade, a formação de indígenas para atuarem junto a seus povos apresenta-se como uma necessidade e um verdadeiro desafio para o Estado na busca pela consolidação de uma educação escolar indígena de qualidade, não apenas em atendimento a legislações educacionais brasileiras, mas em respeito a esses povos.

Do ponto de vista cultural, autores como Gomes [19] enfatizam que sentimentos e valores de um grupo podem ser expressos de forma mais significativa a partir de um indivíduo da própria comunidade. O que, ratifica a importância de estar formando professores indígenas para atuarem junto a seus povos, pondo o papel e a formação deste profissional em destaque.

Apesar da formação de professores indígenas ter se estabelecido como uma das mais importantes ações do governo estadual direcionada ao fortalecimento da educação escolar indígena no Acre, ocorrendo em parcerias com órgãos indígenas desde o ano de 2000, foi observada uma descontinuidade no processo formativo em diversos momentos, quando consideramos formação a nível de magistério indígena, como nos períodos de 2007, 2009, 2011-2013, 2015-2020.

Atualmente já se passaram 6 anos desde a última oferta deste modelo de formação de professores indígenas. Desde 2014, as populações indígenas sofrem com a ausência de investimentos em formação de professores a nível de magistério indígena. Lacuna que se mostra como um entrave a promoção de um ensino de qualidade em escolas de comunidades indígenas.

Quanto ao perfil dos professores que atuam na educação escolar indígena no Acre, a pesquisa revelou que pelo menos 50% dos professores encontram-se em processo inicial de formação desempenhando suas atividades docentes paralelo à própria escolarização. Desta forma, tem-se um professor indígena que ensina à medida que aprende, muitas vezes compartilhando dúvidas com os próprios alunos.

Tendo em vista que o Acre possui uma diversidade étnica indígena composta por 15 povos, a participação de aproximadamente 300 professores de 12 etnias diferentes durante o XI Curso de Formação de Professores em Magistério Indígena em 2014 indica uma boa abrangência da formação no estado.

Apesar da abrangência dos cursos, não se pode negar que a educação escolar indígenas no Acre é uma realidade e precisa ser encarada pelo poder público segundo sua dimensão. Aponta-se nesta jornada a necessidade de uma consonância entre os sistemas educacionais estadual, municipal e federal e o fortalecimento de parcerias a fim de que se possa alcançar uma educação escolar indígena que de fato atenda aos anseios dos povos originários do Acre.

REFERÊNCIAS

- [1] BRASIL. **Cadernos SECAD 3: Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília–DF, 04/07.
- [2] BRASIL. **Decreto Presidencial Nº 426**, de 24 de julho de 1845, dispõe sobre a regulamentação de missões de catequize e civilização de índios. Rio de Janeiro, julho de 1845.
- [3] RÊGO, P. de A. PEREIRA, M. R. de S. Educação indígena no Acre: uma experiência diferenciada. **Ramal de Ideias**: revista eletrônica. Disponível em <<http://www.ufac.br/portal/unidades-administrativas/orgaos-complementares/edufac/revistas-eletronicas/revista-ramal-de-ideias/edicoes/edicao-1/caminhos-da-educacao/educacao-indigena-no-acre>> Acesso em: 12 nov. 2014.
- [4] CUNHA, M. E. C. da. **O Acre e a Educação Escolar Indígena, Intercultural, Diferenciada e Bilingue**. UFAC, 2009. (Mestrado). Orientador: Prof. Dr. Gilberto Francisco Dalmolin.
- [5] ACRE. Secretaria Estadual de Planejamento. **Acre em números: 2017**. Departamento de Estudos e Pesquisa-DEP, 2017.

- [6] ACRE. **Acre: A Educação Escolar Indígena em números**. Coordenação de Educação Escolar indígena, 2013.
- [7] ACRE. **A Educação Escolar Indígena em números**. Coordenação de Educação Escolar indígena, 2016.
- [8] BERNARDI, L. T. M. dos S.; CALDEIRA, A. D. Educação Escolar Indígena, matemática e cultura: a abordagem etnomatemática. **Revista Latinoamericana de Etnomatemática**, v.4, n.1. p. 21-39, 27/02/2011.
- [9] SILVA, M. R. da C.; SOUZA, E. M.; SILVA, I. M. Percurso formativo de professores que ensinam matemática em escolas indígenas do Acre. **Zetetiké: Revista de Educação Matemática**. v. 26 (dossiê temático). n.1. jan/abr 2018. Campinas-SP. ISSN 2176-1744.
- [10] LÉVI-STRAUSS, C. **A antropologia diante dos problemas do mundo moderno**. Apresentação Maurice Olender. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- [11] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo, 2005.
- [12] BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB**. 5ª ed. Brasília: MEC, 2013.
- [13] BRASIL. **Decreto Presidencial Nº 6.861**, de 27 de maio de 2009, dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências. Brasília – DF, maio 2009.
- [14] BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Escolar Indígena**. Brasília: MEC, 1998.
- [15] BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena**. Brasília: MEC, 2012.
- [16] ACRE. **Demonstrativo das atividades pedagógicas em Cursos de Formação Intercultural, Diferenciada e Bilingue de Professores Indígenas** (período 2000-2010). Coordenação de Educação Escolar indígena, 2014.
- [17] COLARES, A. A. Afirmação étnica e educação escolar indígena do povo Munduruku de Marituba (Belterra-Pará). UFOPA. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 50 (especial), p. 99-122, maio 2013 - ISSN: 1676-258 99.
- [18] ACRE. Secretaria Estadual de Educação. **Relatório do XI Curso de Formação de Professores em Magistério Indígena**. Coordenação de Educação Escolar indígena, Plácido de Castro, 2014.
- [19] GOMES, M. P. **Antropologia: ciência do homem: filosofia da cultura**. 2ª ed., 4ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.